

IMIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO KAINGANG DA SERRINHA¹OCCUPATION AND APPROPRIATION OF THE TERRITORY OF KAINGANG
SERRINHAJosé Antonio Moraes do Nascimento²

Resumo:

O estudo da ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha pretende demonstrar o processo histórico da luta destes indígenas para manter ou conquistar a posse da terra, bem como abordar a chegada dos colonos, descendentes de imigrantes e pequenos proprietários, que ocuparam os territórios Kaingang, numa região específica do Rio Grande do Sul, do início até meados do século XX. Atualmente essa área abrange os municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeira, ou seja, ao norte do estado. A problemática central foi a luta pela terra, principal razão da migração e dos conflitos, pois, ao mesmo tempo, camponeses caboclos expulsos do campo e, principalmente, os filhos de imigrantes, buscaram novas terras ocupando as áreas dos indígenas. A ocupação dos colonos resultou na expulsão dos indígenas de seu território, estabelecendo uma situação conflituosa e de rivalidade.

Palavras-chaves: Kaingang – território – ocupação – apropriação.

¹ O referido tema faz parte da dissertação do autor, intitulada “*Muita terra para pouco índio*”: *Ocupação e apropriação dos territórios kaingang da Serrinha*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no ano de 2001.

² José Antonio Moraes do Nascimento.– Email jmoraesdonascimento@gmail.com – Doutor em História, na área de concentração em História das Sociedades Brasileira e Ibero-Americanas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz – Unisc.

Abstract:

The study of occupation and ownership of territories Kaingang Serrinha plans to demonstrate the historical process of the struggle of indigenous peoples to maintain or gain possession of the land and dealing with the arrival of settlers, descendants of immigrants and smallholders who occupied the territories Kaingang a specific region of Rio Grande do Sul, the early to mid-twentieth century. Currently this area includes the cities of Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeira, ie, north of the state. The central issue was the struggle for land, the main reason of migration and conflict, because at the same time, peasants expelled from the field and shifting cultivators, especially the children of immigrants, sought new areas of land occupying the Indians. The occupation of settlers resulted in the expulsion of Indians from their territory, establishing a situation of conflict and rivalry.

Keywords: Kaingang - territory - occupation - appropriation.

Neste artigo se fará uma discussão sobre o processo de ocupação das terras dos indígenas Kaingang da Serrinha, na região norte do Rio Grande do Sul, do início até meados do século XX. Além disso, será demonstrada a luta dos kaingang que, em diferentes momentos e de diversas maneiras, reagiram para manter a posse da terra. Igualmente serão apresentadas suas práticas sócio-culturais específicas, mesmo que inseridos na sociedade nacional, que tentava apropriar-se do território indígena.

A presente análise partiu de um documento produzido pelos próprios Kaingang quando tentava retomar suas terras. Nesse documento, denominado **Queremos voltar para a nossa terra da Serrinha**, produzido em 1996, os índios Kaingang expulsos de seu território da Serrinha, concluíram-no, dizendo, *“e assim tudo acabou no ano de 1963. Nossas últimas famílias foram expulsas e o governo deu os 1060 hectares que sobraram para os colonos. Nossa gente ficou tudo espalhada noutras áreas indígenas...”*¹. O referido documento chamou a atenção para a questão da terra indígena e da necessidade de estudá-la compreendendo e analisando historicamente o processo de ocupação e apropriação destas terras. Este estudo dedicou-se ao caso específico dos Kaingang da reserva da Serrinha, onde a disputa desta área gerou uma cadeia de ações/reações envolvendo diversos atores, provocando conflitos sociais e

interétnicos. Tais situações surgiram numa relação específica entre brancos e índios, mediados pelo Estado e envolvendo a terra enquanto meio de subsistência física e da identidade étnica do grupo, frutos de uma política fundiária e econômica mais ampla.

A delimitação temporal foi de 1949 até 1962, oficialmente, mas de fato 1963, em função de dois fatos que caracterizaram a história da região e limitaram este estudo. O primeiro, ponto de partida da pesquisa, foi a criação de uma Reserva Florestal em março de 1949, em terras anteriormente demarcadas como reserva indígena, a qual foi paulatinamente ocupada. O segundo fato, ou seja, o limite temporal final do trabalho, foi a extinção oficial da Reserva da Serrinha, em 1962, pois estava quase toda ocupada por colonos posseiros. A Serrinha, neste momento fazia parte do então município de Sarandi e, em 1959, a região emancipou-se, tendo sido criado o município de Constantina. A ocupação branca foi feita inicialmente pelo caboclo e, em seguida, principalmente, pelo imigrante/migrante de origem italiana e, em menor quantidade, de alemães, criando uma região marcada por conflitos sociais entre grupos étnicos diferentes.

O não-índio chegou e ocupou o território dos Kaingang nos vários processos e períodos, mas, a partir do final da década de 1940, quando ocorreram profundas transformações no meio rural, as áreas indígenas foram ocupadas ainda mais por empresários rurais e camponeses sem terra. O processo de expropriação, resultante da expansão da sociedade brasileira, apropriou-se não somente da terra, mas de todos os recursos dos indígenas. Com a ocupação do não-índio, o domínio dos Kaingang sobre o seu território passou a ser destruído e, em decorrência disso, não só perderam parcelas territoriais como também sofreram transformações nos seus sistemas sócio-culturais, como afirmou Lígia Simonian².

Nesta região viveram grupos em contato (Kaingang, caboclos, migrantes – descendentes de italianos e alemães), provocando mudanças culturais, as quais se intensificaram quando os colonos foram em busca de novas terras. No entanto, esse processo iniciou de forma mais sistemática desde a ampliação da ferrovia São Paulo - Rio Grande, no final do século XIX, que passou pelo Planalto. Aproveitando-se desses benefícios, os proprietários de terras próximas às ferrovias e aos territórios indígenas incentivaram a migração, pois suas áreas haviam sido valorizadas ainda mais. A estrada de ferro *“propiciou o surgimento de uma nova onda humana... O incremento econômico e demográfico... mudou a paisagem urbana regional, estimulou a criação de novos núcleos populacionais”*³. A partir desse desencadeamento, os colonos migraram e apropriaram-se dos últimos territórios dos indígenas.

A invasão, o processo de exploração econômica e a dominação ideológica destruiu a
 Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

“ecologia bio-cultural”, impossibilitando a sobrevivência de um modo diferente de ser. De uma dominação econômica passou-se à política e, finalmente, à cultural, impondo outro modo de viver e pensar, ocupando as terras e marginalizando os Kaingang. Mesmo que muitos indígenas já estivessem inseridos na sociedade nacional, ainda assim apresentavam características próprias, com um código lingüístico e com práticas sócio-culturais específicas. Esses princípios os conduziram a uma consciência própria da sua condição de índio, propiciando um resgate histórico-cultural, que permitiu sua perpetuação enquanto etnia, e valorização como pessoa humana, garantindo “*identidade social própria*”⁴.

Para o presente texto, ainda pretende-se “*mostrar como se construiu a ideia do vazio demográfico*”⁵, a partir do discurso oficial e acadêmico, o qual tratou do pioneirismo da ocupação da região, afirmando que a área era devoluta e desabitada. Com isso, justificando a ocupação e a colonização ocorrida principalmente na primeira metade do século XX, excluindo-se assim os povos indígenas da história, tentando mostrar que a ocupação foi pacífica e sem resistências. A construção do vazio demográfico fez-se como uma forma de ocultar os conflitos com os indígenas e caboclos, em função das necessidades de ocupar novas áreas, apresentando o território como um local (espaço) vazio, desabitado, improdutivo, justificando uma ocupação produtiva.

A natureza foi tratada, inicialmente, como algo terrível que precisava ser conquistada e as matas virgens vencidas, legitimando a sua destruição. Logo em seguida, este tratamento foi mudado falando-se em terras produtivas. Essa visão teve o objetivo social e político de “*justificar a ocupação dos espaços que faziam parte de uma outra forma de relação homem/natureza*”⁶. A ação da população branca na região em estudo destruiu as grandes matas, ocasionando desgaste da terra e diminuindo a produtividade. Em vista disso, a ocupação modificou a natureza que os Kaingang conheceram e cuidaram, produzindo outra natureza e outro espaço geográfico que não interessava aos índios. Destruiu-se um território com conteúdo religioso e histórico, no qual os índios estabeleciam relações sociais com a terra, transformando-o em mercadoria e criando um “*vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história*”⁷.

Por sua vez, os Kaingang resistiram diante do processo de expansão dos nacionais com um projeto político de defesa de suas terras e de seu modo de vida. Para a análise dos conflitos interétnicos e agrários, se faz necessário considerar as características próprias de cada grupo e a

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

interferência de um sobre o outro, mesmo que geralmente tenha ocorrido com preponderância da sociedade nacional. Portanto, é o relacionamento “*entre objetos coletivos, entre o índio e o nacional, não-índio, ambos enquanto categorias sociais, coletivas*”⁸.

Na conexão entre culturas desiguais e sociedades diferentes, a partir da perspectiva dos processos interétnicos, necessita-se compreender e explicar os conflitos enquanto fazendo parte de grupos, classes e culturas⁹. Ainda, é necessário “*compreender a estrutura e a dinâmica das relações entre povos de etnia distinta, inseridos numa situação determinada: a situação de contato*”¹⁰, mas “*enquanto relações de fricção*”¹¹. Portanto, se deve focar os elementos que ocasionam aculturação, os aspectos econômicos da região, o contexto histórico e a possibilidade de futuro dessa população, já que na relação sociedade tribal/sociedade nacional há “*relações de oposição, histórica e estruturalmente demonstráveis... A existência de uma tende a negar a da outra*”¹².

Os acontecimentos da Serrinha resultaram de fatores externos à realidade específica da mesma, mas igualmente tiveram suas particularidades, influenciando na compreensão e no andamento da história em nível mais amplo, mesmo porque não foram fatos isolados, pois em todas as outras áreas indígenas também houve intrusão. Os colonos, geralmente descendentes de imigrantes e com unidades familiares de produção, não se “aventuraram” a tomar posse dos latifúndios no estado, mas sim dos territórios dos índios, onde havia pouca proteção do Estado e sua população tinha menos condições de enfrentá-los.

ALDEAMENTO E A LIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO KAINGANG

Os Kaingang do Rio Grande do Sul começaram a ser aldeados em meados do século XIX e, no início do XX, já estavam quase todos em reservas, depois de habitarem por muitos anos as matas concentradas ao norte do estado. Nessa região, comparando com as demais, a ocupação e a apropriação da terra pelo homem branco, tardou a ocorrer. Porém, quando aconteceu o território Kaingang foi reduzido através da criação de reservas indígenas, as quais também não foram respeitadas, em função do constante aumento da população branca, vinda de outros lugares.

A reserva indígena de Nonoai foi criada em 1848, medindo aproximadamente 10 léguas, abrangendo uma área de terra entre os rios Passo Fundo, Uruguai e da Várzea e, o Lajeado Papudo (Sarandi). Já, na década de 1910, a mesma foi dividida em duas, ficando Nonoai ao norte e, mais ao sul, a Serrinha, reduzidas em relação à demarcação original. Assim, a Serrinha, Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

demarcada em 1912, ficou com 11.950 hectares, mas em 1949, foi criada uma reserva florestal de 6.624 hectares, retirados desta. Finalmente, em 1962, a referida reserva indígena foi totalmente ocupada e os Kaingang tiveram que fugir para outras áreas.

As pressões sobre os Kaingang surgiram ainda com as primeiras expedições exploratórias, seguidas do aumento da colonização. Entretanto, mesmo submetidos a essas situações, eles se mantiveram como um grupo indígena, sem se deixar assimilar pelos brancos. Os Kaingang do Rio Grande do Sul habitaram *“uma área florestada do Rio Uruguai, tendo como limite extremo aproximado para oeste o Rio Piratini, para leste as nascentes do rio Uruguai (rio Pelotas) e para o sul a Bacia do Cai”*¹³, ou seja, aproximadamente toda a parte norte do estado.

A chegada do europeu no continente acirrou ainda mais as lutas entre as tribos ou grupos da mesma, provocando várias migrações indígenas, dentre elas, de Kaingang. Um desses grupos, liderado pelo cacique Nonohay, no final do século XVIII, atravessou o Rio Uruguai, vindo de Santa Catarina, e instalou-se num vasto território, entre os rios da Várzea, Passo Fundo e Uruguai, indo até onde fica o atual município de Sarandi, permitindo sobrevivência e permanência deles no local¹⁴. Até este momento os Kaingang tentaram fugir ou evitar o contato com a sociedade nacional. Por ser uma população menos densa, considerada “selvagem” e por não ter passado por um longo período de subordinação, como foi o caso dos Guarani com os jesuítas, os Kaingang foram atingidos num período posterior em relação a estes.

A ação de ocupação veio de encontro a essa estrutura e mediante a força sujeitou o índio a ceder porções de seu território, gerando conflitos variados e intermináveis, provocando reação dos Kaingang. Não obstante, a maioria dos grupos sofreu de destruição física e cultural e, além disso, com a chegada do imigrante alemão e, posteriormente, do italiano, sofreu maior influência na cultura, nos costumes e no seu modo de produção, mudando sua prática de coletor, caçador e pescador para agricultor. Com efeito, objetivando proteger os colonizadores e amenizar essas situações, o governo interveio por volta de 1840, começando a demarcar terras para aldeamentos. No ano de 1848, fundou o aldeamento da Guarita e o de Nonoai¹⁵.

Mesmo a reserva de Nonoai tendo sido criada em 1848, sua demarcação somente foi realizada em 1856, pelo engenheiro Francisco Save, e *“abrange uma faixa de terras que descia da margem esquerda do Rio Uruguai até o Lajeado Papudo (Sarandi), entre o Rio Passo Fundo e o Rio da Várzea”*¹⁶. Desta forma, o governo queria torná-la o centro indígena e garantir segurança e terra para os brancos¹⁷. Do mesmo modo, foi uma tentativa para encaminhar os

índios à “civilização”, transformando os Kaingang em brasileiros.

A região da reserva de Nonoai começou a ser ocupada com maior intensidade pelas frentes pastoris, extrativistas e, principalmente por fazendeiros que se apropriaram de grandes extensões de terras, no final do século XIX, e agrícolas, com os imigrantes/migrantes italianos e alemães, no início do século XX. Como reação, os Kaingang de Nonoai e Serrinha mobilizaram-se novamente na primeira década de 1900, agora em defesa do território mantido sob seu domínio com intermináveis lutas, mas que ainda estava ameaçado. Dirigiram-se à Porto Alegre em 1908, à fim de apresentar ao governo do estado suas exigências e reivindicações¹⁸. Em consequência destas manifestações, no mesmo ano o poder público resolveu fazer uma segunda demarcação de terras para indígenas, as quais foram implementadas na década de 1910. Entretanto, mesmo os Kaingang tendo solicitado a retirada dos nacionais de suas áreas e o impedimento da entrada de outros, a reserva foi dividida pelo governo do estado em 1912 e drasticamente reduzida, ficando Nonoai com 34.908 hectares e, mais ao sul, a Serrinha com 11.950 hectares, sendo, o restante usurpado e distribuído para os colonos que chegaram na região¹⁹.

Já, na década de 1920, com o aumento do número de imigrantes italianos nas primeiras colônias como Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi e Guaporé, estes necessitavam expandir-se. Contudo, com o acréscimo de colonos e conseqüentemente, da pequena propriedade, os indígenas seguiram perdendo a terra. Na reserva da Serrinha ficaram sem a posse, a propriedade e o domínio de 6.623 hectares, em 1949, os quais foram destinados para a criação de um parque florestal. Essas terras foram, logo em seguida, invadidas por posseiros que obtiveram a legitimação pelo Estado. A área remanescente, pressionada pela elite da região, foi igualmente expropriada em 1962, quando nela residiam 276 Kaingang, os quais se espalharam pela zona rural, trabalhando como agregados ou peões, em época de serviço, ou foram forçados a retirar-se para outras reservas, principalmente para Nonoai²⁰.

Os Kaingang foram privados de seu território, transformando seu modo de vida e ampliando ainda mais a sua situação de subordinados aos interesses da sociedade nacional. Ao mesmo tempo, suas terras foram apoderadas por diferentes grupos, também expropriados, expulsos de suas posses. Portanto, a redução do território indígena ainda disponível, o empobrecimento do solo pela utilização intensiva, o alcoolismo incentivado pelos colonos, que esperavam o abandono da terra, a “proteção” repressiva dos órgãos públicos e as invasões de colonos esperançosos de uma nova divisão das reservas, em muitos casos orientados por

políticos locais e regionais, *“agridem a identidade indígena, a violentam, tentam extirpá-la, extingui-la, apagá-la”*²¹.

Os indígenas, não conseguindo produzir o mínimo para a sua sobrevivência, em uma área reduzida, ficaram vulneráveis às pressões dos brancos, principalmente em relação à exploração das terras e dos recursos naturais, os quais foram apropriados em pouco tempo. Os Kaingang caracterizaram-se não só pela condição de semi-nomadismo, migrando para satisfazerem suas necessidades, praticando uma agricultura rudimentar, mas, principalmente, pela caça, pesca e coleta. Assim, a terra, segundo o índio Kaingang Pedro Sales, *“é aquilo que dá alimento e água, igual a mãe que oferece alimento do seu corpo para seu filho. Enquanto que o branco... pensa que a terra para ele é um instrumento de gerar riqueza. Por isso, nessa idéia, nessa ótica é que ele não reconhece o seu irmão, o seu semelhante e discrimina cada vez mais aquele que não tem condições de enfrentá-los... Nós índios... temos uma visão... que tem muito amor com a natureza e com a terra”*²².

A maioria dos Kaingang viveu nos aldeamentos da região do Alto Uruguai e, de um passado com abundância, passaram a uma pobreza material, cultural e social. Passaram a confeccionar artesanalmente chapéus de palha e cestos de taquara para auxiliar como fonte secundária, quando não principal para algumas famílias, na vida econômica da tribo. Assim, com esta abordagem, buscou-se enfatizar alguns aspectos da relação do índio com a terra e a importância da mesma para sua vida, pois esta não foi somente um espaço geográfico, mas o lugar de sobrevivência do grupo, onde trabalharam, retirando o alimento, e mantiveram contatos diretos com a natureza. Era a memória e a história de seus antepassados, as quais mantiveram sempre presente. Portanto, estes foram os Kaingang que resistiram e enfrentaram o avanço da sociedade nacional em busca de novas terras. Ainda assim, ocorreu um processo longo, violento e progressivo de ocupação, desterritorialização e apropriação da área indígena da Serrinha.

AS FRENTES DE OCUPAÇÃO: COLONOS E RESERVAS FLORESTAIS

Os Kaingang da Serrinha foram expulsos do seu território em 1962, processo esse que, em meados do século XX, vitimou os índios basicamente de duas frentes de ocupação que, de formas diferentes, mas complementares e simultâneas, fortificaram a via para a extinção da reserva indígena da Serrinha. A primeira, vinda de forma geral desde o início da tomada de posse européia do país e, nesse período, fazendo a investida final, foi a dos colonos, os quais se

apoderaram aos poucos da área. A segunda frente foi a criação da reserva florestal em território dos índios, a qual intensificou a atuação dos colonos com a conivência do poder público, empenhado na intrusão, segundo levou a crer a documentação analisada.

Conforme já referido, a reserva da Serrinha foi demarcada em 1912, com redução de sua área original. Esta restrição principiou com a ocupação branca, principalmente de grandes proprietários, especificamente da família Vergueiro, a qual tomou posse em meados do século XIX, vendendo parte dela no início do seguinte, para Companhias de Colonização e para particulares²³.

No entanto, em função do crescimento populacional nos municípios de imigrantes, da expulsão de pequenos posseiros de Palmeira das Missões e arredores, e da política fundiária estadual e nacional, a região começou a receber um acentuado número de colonos interessados em arrendar e/ou comprar terras dos latifundiários, mas principalmente adquirir um lote nos territórios indígenas, os quais foram considerados devolutos e desabitados. Os colonos construíram, assim, conforme observou Mota em relação ao Paraná, “*a idéia de um vazio demográfico*”²⁴. A pressão sobre a área dos índios foi tão intensa que os posseiros instalaram-se nelas contando com a permissão ou indiferença do governo estadual. Assim, até o final da década de 1940, os Kaingang perderam o controle sobre seu território, pois grande parte da sua reserva foi apossada ou arrendada por colono migrante (principalmente descendente de italiano) e por caboclos.

A criação de uma reserva florestal, em 1949, pelo governador Walter Jobim, foi mais um passo no processo de apossamento do já reduzido território indígena. Segundo o governo estadual, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) mencionou a possibilidade de ampliar suas ações a todos os toldos existentes no estado. Porém, os funcionários do SPI extraíram madeira das matas, justificando que seriam destinadas à construção de casas, tanto para os próprios funcionários como para os indígenas. Com isso, “*esta ação poderá fazer com que sejam devastadas as florestas que ainda conservam a flora típica dessas regiões*”²⁵. O argumento foi no sentido de evitar a devastação possível, provocada pelos funcionários do SPI. Contudo, o poder público não propôs e nem criou áreas de preservação ambiental em terras não-indígenas, esboçando uma preocupação teórica em preservar o meio ambiente, ignorando as populações indígenas e seus territórios, como se não fizessem parte do ecossistema.

A determinação em discussão contrariou o Decreto Estadual nº 7.677 de 9 de janeiro de 1939, que considerou as “*terras dos índios, independentemente de qualquer tipo de domínio, as*”
Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

que se acham por eles ocupadas e já demarcadas pelo Estado”²⁶. Essa definição, mesmo limitada, defendia os territórios dos Kaingang, embora não respeitasse a ocupação histórica e tradicional e nem o modo de vida destes que exigia um espaço amplo para caça, pesca, coleta e agricultura primitiva. Depois disso, como a intenção do SPI de assumir as áreas indígenas não se concretizou, não houve a preocupação em cumprir o decreto, nem em anulá-lo, permitindo aos colonos ocupar a terra, visto que já não era mais dos índios.

Portanto, a pretensão do governo pautou-se na abertura de maiores espaços para a colonização, onde fosse possível. Para tanto, utilizou-se dos argumentos supraditos, pois, do contrário, se tencionava prevenir-se contra o SPI, o governo estadual deveria ter revogado seu ato, preservando o território Kaingang. Entretanto, o governo criou uma área sem dono, expulsando os indígenas e não efetivando o parque florestal, abrindo caminho para intrusão.

Em vista disso, em 10 de março de 1949, Jobim, promulgou o decreto nº 658, declarando como de utilidade pública, para o fim especial de constituir reserva florestal, uma área de 6.624 hectares, *“junto ao Toldo da Serrinha, distrito de Constantina, no município de Sarandi, confrontando ao norte com a 1ª seção Baitaca e o lajeado Baitaca; ao leste com o lajeado Baitaca, terras de Rufino de Almeida Melo e Toldo da Serrinha; ao sul, com o Toldo da Serrinha, lajeado dos Índios e Lajeado Grande: e a oeste, com o Lajeado Grande e, por linhas secas, com a 1ª seção Baitaca*”²⁷.

Analisando as terras utilizadas para fundar a reserva florestal, percebeu-se que elas abarcaram os territórios indígenas e não *junto* à estes, como afirmou o decreto. A referida reserva florestal foi apropriada na sua totalidade pelos colonos, tanto antes, como após a criação da mesma, assim como também a reserva indígena. Vários colonos ainda arrendaram terras dos indígenas, na Serrinha, e depois se apossaram destas aspirando tornarem-se seus donos. Essas atitudes foram influenciadas, não só pela estrutura agrária do país e do estado, marginalizadora dos posseiros e pequenos proprietários, mas também por uma concepção de que terra de índio é livre, de ninguém, improdutiva e, por conseguinte, passível de ocupação.

Além disso, havia uma idéia de integrar os índios à população branca, defendida pelo poder público, no sentido de assimilá-los. Conforme a definição de Cardoso de Oliveira, a assimilação é entendida como a incorporação de um grupo étnico por outro, o que os faz perder suas peculiaridades²⁸. Com efeito, a idéia de assimilar os Kaingang também perpassou por todas as leis e atos dos governantes, justamente para incorporá-los às camadas marginalizadas da sociedade e liberar suas terras para os colonos, os quais sequer queriam a assimilação, pois para

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

eles “índio bom era índio morto”. Desta forma, percebeu-se que essa foi a opinião e ação do poder público, de um grupo considerável de políticos, da elite econômica e dos habitantes próximos às áreas em questão.

As decisões tomadas pelo governo do estado foram basicamente influenciadas pela expansão da fronteira agrícola, por pressão do poder regional e de grupos interessados em explorar as matas. Manipularam, de forma arbitrária, as informações para resolver algumas possíveis tensões sociais de disputas por terra, sugerindo que na região não havia indígena, a não ser uns poucos, os quais poderiam ficar numa área menor, liberando o restante para os colonos. Portanto, os territórios Kaingang continuaram a ser apropriados no final da década de 1940, transformando-os em reserva florestal, configurando-se como um processo contraditório, pois ao mesmo tempo propôs o *“respeito e a inviolabilidade dos territórios e recursos indígenas (igualmente preparou) a destruição destes”*, concluiu Simonian²⁹.

Em junho de 1950, a Inspetoria de Terra de Erechim enviou um aviso aos moradores da Serrinha, ainda na tentativa de cumprir o decreto de março de 1949, comunicando *“a todos os moradores da ‘Reserva florestal’ em Serrinha, município de Sarandi, inclusive aos índios que também aí habitam, que por determinação de ordem superior devem desocupar a referida ‘reserva’, no prazo de 90 dias a contar da data do presente”*³⁰. As áreas começaram a serem desocupadas e os colonos transferidos para Palmeira das Missões e Iraí, entretanto, parlamentares da Assembléia Legislativa interferiram junto ao governador para suspender as desocupações de colonos.

Além disso, num memorial enviado ao governo do estado, os colonos moradores da referida reserva florestal, preocupados com a sua possível retirada do local, afirmaram que a área *“que foi constituída reserva florestal, está em sua quase totalidade ocupada pelos signatários que, nela, além de morarem, fazem suas culturas habituais”*³¹. Na seqüência, expressam sua preocupação com as ameaças e tentativas de despejo, que somente não ocorreram por interferência das autoridades políticas locais junto ao governo estadual.

Ficou evidente neste documento, a apropriação do território indígena, depois transformado em reserva florestal. Contudo, pareceu muito questionável criar uma área de proteção ambiental onde havia plantações agrícolas, criação de gado e poucas matas. Assim, mesmo que os posseiros estivessem inquietos com sua retirada do local, parecia pouquíssimo provável sua concretização. Toda a documentação confirma o apossamento dos territórios indígenas e a atuação dos diversos grupos e interesses, bem como, e apesar do esforço do

governo do estado, os limites, precariedades e ineficiência desta ação.

Muitos parlamentares criticaram o executivo estadual pela decisão de manter um território de preservação ambiental na Serrinha, retirando as famílias de colonos intrusos³². Além de exigirem a permanência dos intrusos, acusam os Kaingang de queimarem e destruírem as matas, nas quais os agricultores fizeram as roças, visto que os índios não as ocupavam mais. Os deputados solidarizaram-se com os colonos, defendendo sua permanência nestas áreas, desconsiderando, assim como o poder público estadual, que estas faziam parte do território Kaingang. Em maio de 1951, depois de insistência dos deputados de que na Serrinha não havia floresta para ser preservada, a Secretaria de Agricultura determinou a imediata interrupção dos trabalhos de retirada de colonos³³.

Para debater a situação referente aos colonos da Serrinha, reuniram-se o Secretário da Agricultura e os líderes de bancadas da Assembléia Legislativa, acordando que os colonos residentes nas regiões periféricas e desbastadas não seriam despejados, mas quem estivesse no interior do mato sim. Com efeito, os parlamentares apresentaram uma excessiva preocupação em relação aos colonos, os quais poderiam perder suas terras e ter que migrar para outros locais. No entanto, não teve o mesmo zelo e nem se importou com o fato destes deixarem os Kaingang “pobres e necessitados”. Como solução, pediram que não fossem prejudicados os colonos “*que tivessem posse de vários anos, pois “o que devia ser feito e não foi é uma fiscalização. Agora, depois de intrusados, não se justifica que se tire essa gente de lá, quase que desumanamente”*”³⁴. Novamente não se observou preocupações referente aos Kaingang, dando a falsa impressão da inexistência deles.

Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 1.542, de 22 de setembro de 1951, regulamentada pelo Decreto nº 3.110, de 27 de agosto de 1952, beneficiou os colonos posseiros. A legislação afirmou que “*todo aquele que não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos consecutivos, trecho de terras rurais do domínio patrimonial do Estado, não superior a área de vinte e cinco (25) hectares, tornando-a produtiva, adquirir-lhe-á a propriedade*”³⁵. Porém, recebeu a ressalva, em dezembro de 1951, que a isso “*não se aplica às áreas consideradas, por decreto, reservas florestais do Estado*”³⁶.

Essa legislação possibilitou aos ocupantes de terras do Estado legitimar áreas não superiores a 25 hectares, para tanto, não poderiam ser proprietários de outro imóvel, devendo ocupar a terra e fazê-la produzir. Elucidou ainda o diretor, que as áreas decretadas reservas florestais não eram objetos de pedidos de legitimação³⁷, não tendo, contudo, validade para a

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

Serrinha, visto que foi invadida. Assim, evidenciaram-se as facilidades propiciadas pelo governo estadual aos posseiros intrusos das áreas indígenas, consideradas como públicas.

Em vista disso, ao ser criada a reserva florestal em territórios dos Kaingang, elaborou-se mais um mecanismo de dominação, expropriação e destruição destes, porque restringiu o meio de atuação, vivência, e de relações e práticas sócio-culturais por eles desempenhadas. Houve pressão constante, tanto dos colonos como de guardas florestais, os quais geralmente abusaram do poder e foram respaldados pelo Estado, gerando conflitos e tensões. No caso da Serrinha a transformação de uma parte do território indígena em reserva florestal levou à extinção total dos mesmos, pois os colonos inicialmente estabeleceram-se nestas e, posteriormente, nas áreas que sobraram para os índios. Expulsaram e retiraram os Kaingang pela força e o Estado, anos mais tarde, encarregou-se de enviá-los para outros lugares, sem questionar suas necessidades, interesses, projetos de manutenção de práticas sociais, econômicas, políticas e religiosas, as quais dependiam basicamente do território expropriado. Foram questões que não interessaram ao projeto político implementado, seguindo os padrões estabelecidos entre os interesses de uma sociedade de classes e uma sociedade indígena.

RESISTÊNCIA INDÍGENA E REAFIRMAÇÃO ÉTNICA

Após a invasão das frentes de ocupação, ocorreram disputas e a pressão dos colonos ocasionou, mesmo com resistência Kaingang, sua desterritorialização total com a perda da terra. A territorialidade é o domínio, influência e acesso de um grupo sobre uma área, controlando os elementos e as relações nela ocorridos, inclusive as pessoas, a fim de administrar os recursos e suas relações. Portanto, os primitivos usaram “a territorialidade para delimitar e defender a terra”³⁸ que detinham a posse.

O território, como apontou Garlet, “é o ‘locus’ onde uma sociedade vive e se reproduz de acordo com seus preceitos culturais”³⁹ e conforme a realidade social e econômica. Por sua vez, Brand sintetizou ainda mais essa visão salientando que o mesmo pode ser caracterizado como um amplo espaço com “características ecológicas, ... tendo como referências básicas as matas, os córregos e as aldeias, em torno das quais emerge uma segunda dimensão de território, como algo específico e concreto ... (a) busca da continuidade do bom modo-de-ser de seus antepassados”⁴⁰. Em vista disso, vai além do estabelecimento de relações de produção, firmando ligações sociais, comportando “elementos que fazem parte da construção da sua identidade e da sua concepção de

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

munido”⁴¹.

Quando começou o contato, o indígena foi obrigado a deixar seu território para a sociedade branca em expansão. Os índios foram pressionados, mediante agressão, ocupação lenta de seu território e destruição das matas. Aos poucos, o território foi conquistado e controlado, passando em seguida a ser definitivamente ocupado pelos conquistadores, o que se caracterizou numa problemática envolvendo toda a região norte do estado onde havia povos indígenas. Nesse sentido, na Serrinha após perderem 6.623 hectares em 1949, para a criação de um Parque Florestal, os Kaingang tentaram manter-se com o restante de seu território, mesmo enfrentando várias dificuldades, entre elas o contato intenso com a sociedade brasileira, a dominação do Estado e a pressão da elite regional e local.

A conquista sobre os Kaingang provocou um impacto violento e produziu todo tipo de opressão, exploração e dominação, inclusive acirrando as disputas entre os indígenas. Esses fatos foram resultados da interferência e agressão aos indígenas, tanto de não-índios, como do Estado que se apropriaram das suas terras e, por conseguinte, limitaram seu espaço de relações sociais, quando puderam sobreviver. Às vezes sobrevieram conflitos porque indígenas de um lugar foram transferidos pelo Estado para junto de outro grupo, restringindo-os em pequenas áreas.

Dessa forma, foi produzido um processo com base na violência que vitimou centenas de Kaingang, inclusive massacres feitos por não-indígenas, como o caso de assassinato de vários indígenas da Serrinha, praticado por colonos. O desmatamento prosseguiu, restando somente algumas pequenas áreas, visto que os colonos intrusos colocaram fogo no mato para fazer o roçado e, conseqüentemente, praticamente eliminaram a caça, a coleta de frutos e a pesca, além disso, muitos ocuparam as áreas indígenas de forma irregular, violenta e criminosa.

A população Kaingang na Serrinha totalizou 320 indivíduos, em 1959⁴² e, além disso, provavelmente muitos não foram contabilizados em função de seu nomadismo. Nesse sentido, demonstrou-se a ocupação da área, contrariando a idéia de “um vazio demográfico” que servia somente para os interesses da elite local e dos colonos, os quais ocuparam o território dos Kaingang, como queriam alguns parlamentares, e o governo legalizou essas posses.

Por sua vez, no ano de 1961, 400 famílias de posseiros elaboraram um Memorial, que foi entregue ao governador e ao secretário da Agricultura. Apresentaram-se enquanto arrendatários da área indígena da Serrinha, ponderando que estavam pagando o arrendamento e fazendo o solo produzir⁴³. De um modo geral, o memorial provou a ocupação da Serrinha, mas salientou os benefícios desta e justificou sua necessidade de continuar no local, mesmo porque existiam

moradores com mais de trinta anos e, a maioria dez, de arrendamento, implicando em maior produção. Assim, a determinação não atingiria somente a grande parcela da população da Serrinha mas, igualmente os interesses da União, estado e município. Dessa forma tentaram mostrar que se a terra ficasse com os indígenas, haveria perdas e, por isso, era necessário dividir e legitimar as posses. Essa visão parcial também ignorou os direitos dos Kaingang, pois os apresentou em número reduzido, aquém do realmente existente, além disso, os índios eram considerados um empecilho ao desenvolvimento regional.

A área da reserva indígena foi constantemente ocupada, como apresentaram os próprios intrusos. Inicialmente tornaram-se posseiros, cultivando produtos agrícolas, entretanto, quando Secretaria de Agricultura manifestou interesse em suspender o arrendamento, os colonos reagiram, argumentando que residiam há muitos anos na área, sempre pagando o arrendamento e o despejo representaria um grave problema social, visto que a maioria era minifundiária e não tinha para onde ir. Por conseguinte, sugeriram como solução, a venda de parte da área para eles, pois os indígenas representavam um pequeno número.

No entanto, os indígenas Kaingang da Serrinha não foram unicamente vítimas e agentes passivos no processo histórico, pois reagiram constantemente e de formas variadas à ocupação de seus territórios. A reação inicial dos índios foi agirem no sentido de buscar meios para evitar o contato, entretanto, logo em seguida isso se tornou impossível, então se defenderam diante da tentativa de colocá-los em reservas e, assim ocupar seu território. Além disso, opuseram-se também quando suas reservas foram reduzidas, algumas extintas, como foi a Serrinha, estabelecendo conflitos e novas relações sociais.

Os conflitos agrários, de forma geral, foram constantes no Brasil, envolvendo vários grupos sociais, entre eles os indígenas, os quais procuraram manter ou recuperar os seus territórios ocupados. No Rio Grande do Sul, os Kaingang, quando fizeram isso, mostraram um profundo conhecimento de sua história, de seu espaço geográfico e das leis dos brancos, que, teoricamente, deveria garantir o seu direito à terra, o qual não foi cumprido. Sendo assim, sua luta em defesa da terra caracterizou-se como um elemento marcante, pois tiveram que fazer face à violência do Estado e de não-índios, respondendo ao processo de conquista imposto e, em consequência, conseguindo manter reduzidas parcelas de terra.

A chegada dos não-índios, representados pelos caboclos e pelos colonos descendentes de imigrantes, mudou a paisagem, tanto geográfica, quanto humana da região, reduzindo e fragmentando a área indígena. O Estado, por sua vez, interviu ratificando as ocupações e

expropriando as terras indígenas para atender seus interesses e resolver os problemas fundiários, o que implicou em graves conseqüências sociais e econômicas para os Kaingang.

Em vista disso, o território dos índios foi sendo ocupado e, em função da “rebeldia” destes, e da intervenção estatal, foram colocados em reservas indígenas para que suas terras fossem distribuídas aos brancos, sem maiores problemas. No entanto, os Kaingang opuseram-se, entrando em conflito com as autoridades e com os colonos, pois não aceitaram a dominação e a exploração. Contudo, diante das circunstâncias do processo de ocupação e colonização, foram obrigados a aceitar esta situação de aldeados, ou então tornar-se-iam peões dos colonizadores, já que *“quando alguém... não aceitava isto era perseguido e morto”*⁴⁴. Aos Kaingang foi imposta uma situação de aldeamento, feito pelo Estado e pelas frentes de expansão, confinando-os.

A sociedade nacional e o Estado, tanto por ações, quanto por omissões, apropriaram-se de partes ou da totalidade dos territórios indígenas, destinando-os aos brasileiros, sejam grandes ou pequenos posseiros, transformando-os em propriedades. Concomitante a isso, transformaram outras áreas em reservas florestais, como foi o caso da Serrinha e, arbitrariamente, passaram os territórios de domínio dos indígenas para o domínio da União e estados, redistribuindo-os posteriormente. Por conseguinte, a política de terras indígenas estava ligada à uma política de terras mais geral, porque à medida que as áreas de colonização aumentaram, os índios e, especificamente, no que diz respeito a este trabalho, os Kaingang, foram expropriados para resolver o problema da falta de terra para os colonos.

Quando a reserva florestal foi criada em 1949, estava demarcada como área indígena e ocupada pelos Kaingang, visto que fazia parte de seu território. Contudo, em função da destinação desta como parque florestal, tanto os colonos posseiros, quanto os indígenas, deveriam sair, entretanto, somente estes últimos foram obrigados a deixá-la. A ocupação e apropriação dos territórios Kaingang foi feita diante de reação permanente dos índios, os quais lutaram de diversas maneiras para enfrentar a expansão da sociedade nacional e garantir as suas terras, bem como reagir contra a ação do governo. Este, seja estadual ou federal, quando não agiu diretamente na expropriação dos indígenas, ignorou ou tomou medidas de forma lenta e ineficiente para conter os não-indígenas.

Os indígenas, opondo-se à decisão do governo estadual de apropriar-se de suas terras para criar a reserva florestal, reuniram-se em Iraí, no mês de abril de 1951, num encontro dos membros do Conselho dos Caciques, para a defesa dos direitos do seu povo, já que as atitudes governamentais atingiram várias áreas indígenas. O Kaingang Alfredo, da Serrinha, afirmou que

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

os funcionários “do serviço florestal lhe ordenaram que saísse dum local que ele sempre ocupou,...onde havia plantações de cana, onde havia plantado também laranjais”⁴⁵. Afirmou, ainda, que detinha a posse do local de longa data “e, dum momento para outro, tinha que abandonar aquele local por uma determinação do serviço. Era uma injustiça contra a qual ia pleitear providências junto aos poderes públicos”⁴⁶.

Os constantes contatos e conflitos com a sociedade branca levaram os Kaingang a descobrir diversas formas de oferecer resistência. Elaboraram estratégias de oposição e enfrentamento, a partir de uma visão de luta política. Assim, com resistência, os indígenas conseguiram manter sua identidade étnica, reconstruindo-a constantemente, já que não viveram em um mundo isolado⁴⁷, mas sim em constantes contatos e conflitos. Essas transformações possivelmente ocorreram em função da consciência coletiva de continuar querendo ser índio, mesmo sofrendo um processo de expropriação e ocupação e sendo marginalizados pela sociedade nacional. Assim conseguiram manter suas características étnicas, sua identidade e sobreviver enquanto Kaingang.

Mesmo perdendo algumas características culturais, inclusive apontadas pelos próprios Kaingang, uma vez que foram obrigados a incorporar alguns traços da cultura do branco, como se vestir, comer, pensar, falar e se comportar diferente dos seus costumes⁴⁸, os índios mantiveram a resistência em torno do seu território. Diante da violência do processo de tentativa de incorporação dos indígenas à sociedade nacional, levado às últimas conseqüências pelas autoridades, desde meados do século XIX até a atualidade, pode-se considerar esta adoção de novos elementos aos seus costumes como uma “*adaptação*” de sobrevivência. Ainda assim, mantiveram sua característica principal, ou seja, a manutenção do território, que articula os aspectos peculiares de sua identidade.

Com a ampliação do processo de ocupação das suas terras, os indígenas foram atingidos fortemente e suas forças começaram a ser vencidas. Entretanto, nessa luta incessante para manter o seu território, obtiveram um ganho significativo em termos sócio-políticos, pois, mesmo sendo expropriados, conseguiram manter-se enquanto Kaingang, provocando debates e recuos das forças sociais, políticas e econômicas, que exigiam a sua extinção, concluiu Simonian⁴⁹. Tiveram forças para enfrentar esse avanço por um longo tempo, depois a pressão aumentou muito e foram obrigados a deixar o local, indo para outras reservas da região.

Perceber-se a resistência dos Kaingang e a maneira como viram o processo de ocupação do seu território, pois esta apropriação foi a principal causa dos conflitos. Ocorreu a venda ou

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

doação de lotes para não-indígenas. Com isso, pode-se constatar que o estado agiu conforme os interesses econômicos da região, possibilitando infra-estrutura para tal, aumentando a fronteira agrícola, mas contrariando os interesses dos indígenas e gerando novos conflitos. Ao mesmo tempo, a sociedade branca, nacional, e em expansão, sempre achou por bem submeter os indígenas a um modo de vida diferente, aldeando-os e deixando as terras livres. No entanto, encontrou os Kaingang dispostos a resistir a essa tentativa de obrigá-los a mudar o seu jeito próprio de viver. Por mais que tenham sido expropriados, lesados nos seus direitos, e sua condição de vida tenha sido transformada, fazendo-os perder parte de suas características, os Kaingang não abriram mão de manter sua identidade indígena, buscando retomar seu território.

A reação dos indígenas diante das ocupações e interferências em seus territórios, ao longo do tempo, demonstrou que pretenderam manter-se como Kaingang, mas nem o Estado, nem os não-índios entenderam assim, pois nunca fizeram propostas de reorientação da estrutura fundiária. Além do mais, no Brasil, as terras indígenas sempre foram utilizadas para resolver os problemas agrários. A ampliação da fronteira agrícola, o desenvolvimento econômico e a política agrária estatal estabeleceram a sorte dos indígenas Kaingang. Portanto, a sua resistência diante deste processo de expansão da sociedade branca foi um projeto político, de defesa de seu território, de suas terras e de seu modo de vida. O Estado, por sua vez, somente interferiu para legitimar a expropriação dos Kaingang e seus direitos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da sociedade nacional continuou sobre os territórios Kaingang, disputando-os com estes e, finalmente, no início da década de 1960 apropriou-se de toda a área da Serrinha. Os Kaingang da Serrinha perderam 6.623 hectares em 1949, para a criação de Parque Florestal, o qual foi invadido por posseiros e suas posses legitimadas pelo estado, no final da década de 1950. O restante, mais de 4.500 hectares, compondo a reserva indígena, foi igualmente expropriado pelos colonos e, sob pressão da elite política e econômica da região, o governo estadual extinguiu-a em 1962 e os indígenas foram forçados a se retirar.

As autoridades estaduais afirmaram que tentaram evitar a intrusão dos territórios Kaingang, no entanto, depois de ocupados, legitimaram as posses, ao invés de retirar os posseiros. Quando se esboçou alguma reação no sentido de retirada dos colonos, estes apresentaram os documentos de pagamento de arrendamento e de impostos, tentando, assim,

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

argumentar que suas atitudes foram legais, pois era *“Muita terra para pouco índio”*.

Em vista dessas novas invasões ao restante do território Kaingang da Serrinha, os índios perderam totalmente a área e, além disso, foram acusados de terem permitido a entrada dos posseiros em suas áreas e vendido parcelas a estes. Porém, ninguém mencionou que, quando tentaram reagir foram presos, maltratados em prisões e, inclusive processados⁵⁰. O território do índio foi tratado como se fosse patrimônio público ou como terra de ninguém. O próprio governo vendeu-as e permitiu a sua ocupação e apropriação.

Por sua vez, a preocupação principal dos parlamentares gaúchos, na Assembléia Legislativa, foi em relação *“às terras públicas e a venda dessas a agricultores e produtores... e ao fato de que essa venda de terras públicas a produtores reverte imediatamente em benefício à produtividade, que neste caso o patrimônio estatal imobilizado passa a render impostos”*⁵¹. Na seqüência, elaboraram um projeto de lei para regulamentar a expedição de títulos definitivos aos concessionários de terras públicas, pois proporcionaria ao pequeno agricultor a propriedade das terras e ao estado recursos gerado pelos impostos. Em relação à situação específica existente no município de Constantina, das cerca de 5.000 pessoas, que viviam na reserva florestal denominada Secção Rondon como era o caso dos posseiros, os parlamentares solicitaram uma solução imediata ao governado, no sentido de conceder aos moradores a propriedade da terra⁵².

Desse modo, no ano de 1962, depois de muitas manifestações e apelos, tanto dos intrusos, quanto de políticos locais e regionais, o governo do estado determinou a medição da Serrinha, primeiramente da antiga reserva florestal com cerca de 265 colônias. Nessa área foram criadas algumas vilas do município de Constantina. Contudo, conforme apontou o parecer da CPI das terras indígenas, em 1968, ainda sobreviviam na Serrinha, em 1963, uma população com 230 Kaingang, distribuídas em 53 famílias. Mas o toldo *“fracionado e intensamente intrusado, desapareceu por inteiro”*⁵³, em pouco tempo. Tentaram resistir, mas não conseguiram manter seu território e *“tudo acabou no ano de 1963”*⁵⁴, pois toda a área foi ocupada e dividida entre os colonos, sendo os índios enviados para outras reservas indígenas.

No final do século XIX e início do seguinte, fatores de toda ordem influenciaram na região onde se localizavam as áreas indígenas, em geral e, especificamente, a Serrinha. Em síntese, aspectos sociais e demográficos, juntamente com econômicos e políticos, todos influentes entre si, direcionaram e redefiniram os territórios Kaingang. No período em apreço, ocorreram migrações da população branca em direção às áreas indígenas. Além disso, algumas medidas políticas, como a regulamentação da ocupação da terra e a demarcação de reservas

indígenas, foram tomadas, nas décadas de 1910 e 1920. Esses fatores direcionaram os acontecimentos de 1949, com a criação das reservas florestais e a intensificação da ocupação dos territórios Kaingang. Esses acontecimentos culminaram com a apropriação da Serrinha, no início da década de 1960, mediados pelo Estado com políticas públicas que aceleraram este processo.

As demarcações de terras indígenas sempre estiveram relacionadas a um quadro *“relativo de forças e pressões adversas, contrabalançadas por reconhecimento de direitos e suportes políticos... modificando-se segundo os contextos históricos e as conjunturas políticas locais, variando inclusive... de acordo com os diferentes projetos étnicos ali desenvolvidos”*⁵⁵. Assim ocorreu com os Kaingang da Serrinha, preteridos em relação aos caboclos e colonos migrantes, nas políticas públicas dos governos.

Portanto, deve-se considerar o *“enquadramento da política indigenista no âmbito de programas econômicos e metas governamentais”*⁵⁶, que neste caso atendiam aos interesses dos índios, desde que não interferisse no desenvolvimento, expansão e ocupação do solo, pelos nacionais. A legislação quase nunca teve preocupação com *“o território ocupado por povos indígenas enquanto específico, materialização dos limites simbólicos de uma dada cultura, ou de fixação imemorial numa porção determinada e apreensível por um exame de ‘marcas de ocupação’”*⁵⁷. Portanto, o processo de ocupação do território Kaingang da Serrinha provocou sua expropriação e desterritorialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

4º Inspeção de terras. Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura. **Silvícolas**. Recenseamento dos toldos de Votouro, Ventara, Inhacorá e Serrinha. Relatório Anual. 1959. Arquivo Kaingang, Guarani e Xetá. **MADP**.

ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 27/04/51; 11/05/51; 7/12/51; 1/10/52; 19/05/61. **AHRGS**.

AUTOS de Legitimação de Posse, de Luiz de Campos Vergueiro. 1871. **AHRGS**

AUTOS de Legitimação de três Posses, de João de Vergueiro. 1885. **AHRGS**

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingáng e a colonização alemã**/ Separata de Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1976, pg. 45-69.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

Unisinos, 1995.

BRAND, Antonio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guaraní: os difíceis caminhos da palavra.** Porto Alegre: PUCRS (Tese de Doutorado), 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural.** Brasiliense, 1986.

CARMAGNANI, Marcelo. **El regreso de los dioses.** El proceso de reconstitución de la identidad étnica em Oaxaca. Siglos XVII y XVIII. México: Fondo de cultura económica. 1988.

CORREIO do Povo, 26 de julho de 1908. **MCSHJC**

CORREIO do Povo. Selvagens e civilizados. Porto Alegre: 19/03/49. Ano 54, n.º 142. p. 4.

DIÁRIO Oficial do Estado. Lei nº 1.542. Porto Alegre. 22 de setembro de 1951.

DIÁRIO Oficial do Estado. Lei nº 1.713. Porto Alegre. 29 de dezembro de 1951.

DIÁRIO Oficial do Estado. Porto Alegre, 10 de março de 1949.

GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: história e significação.** Porto Alegre: PUCRS, 1997 (Dissertação de Mestrado).

HERRERO, Pedro Péres (comp.). **Región e historia em México (1700-1850).** México: Universidad Autónoma Metropolitana de México. 1991.

MARCON, Telmo et. al. **História e cultura Kaingáng no sul do Brasil.** Passo Fundo: EdUPF, 1994.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa, por Walter Jobim, governador do estado do Rio Grande do Sul (impresso). 21 de abril de 1949. **AHRGS/Documentação dos Governantes.**

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingáng: a história épica dos índio Kaingáng no Paraná (1769 - 1924).** Maringá: EDUEM, 1994.

OLIVEIRA, João P. (org.). **Indigenismo e territorialização.** Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: EDUSP, 1972a.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna.** São Paulo: Pioneira, 1972b.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O processo de assimilação dos Terena.** Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1960.

RELATÓRIO da Comissão Parlamentar de Inquérito. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1968. **Protocolo Geral da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.**

REPRESENTANTES das Famílias Kaingang banidas da Serrinha. **Queremos voltar para a Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 60-82, jul./dez. 2014

nossa terra da SERRINHA. Setembro de 1996.

RESERVAS florestais. **Correio do Povo.** Porto Alegre: 02/04/49.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra:** ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos et al. **Sociedades indígenas e o direito:** uma questão de direitos humanos. Florianópolis: Ed. da UFSC/CNPq, 1985.

SIMONIAN, Ligia Teresinha Lopes. **Visualização:** Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang. Ijuí: FIDENE - Cadernos do Museu. N° 09, maio de 1980a.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. **A questão da criação de reservas florestais junto aos território tribais.** Ijuí: Setembro de 1980b (mimeo.).

SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. **Terra de Possesiros:** um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. 1981.

VENCATO, Almedoro. **Sarandi:** um recanto histórico do Rio Grande do Sul. Sarandi: Gráfica Editora *A Região*. 1994.

¹ REPRESENTANTES das Famílias Kaingang banidas da Serrinha. **Queremos voltar para a nossa terra da SERRINHA.** Setembro de 1996, p. 14.

² SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. **Terra de Possesiros:** um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. 1981, p. 37.

³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O processo de assimilação dos Terena.** Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1960, p. 61.

⁴ CUNHA. In: SANTOS, Silvio Coelho dos et al. **Sociedades indígenas e o direito:** uma questão de direitos humanos. Florianópolis: Ed. da UFSC/CNPq, 1985, p. 36-37.

⁵ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingáng:** a história épica dos índio Kaingáng no Paraná (1769 - 1924). Maringá: EDUEM, 1994, p. 4.

⁶ Idem., p. 11)

⁷ Ibidem., p. 15)

⁸ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: EDUSP, 1972a, p. 11.

⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia:** construção da pessoa e resistência cultural. Brasiliense, 1986, p. 47.

¹⁰ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos:** uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna. São Paulo: Pioneira, 1972b, p. 17.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem., p. 30)

¹³ BECKER, Ítala I. Basile. **O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Unisinos, 1995, p. 13-14.

¹⁴ Idem., p. 69-72.

¹⁵ BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingáng e a colonização alemã/** Separata de Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1976, p. 48-49.

¹⁶ SIMONIAN, Ligia Teresinha Lopes. **Visualização:** Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang. Ijuí: FIDENE - Cadernos do Museu. N° 09, maio de 1980a, p. 13.

- ¹⁷ BECKER, *op. Cit.*, 1995, p. 70.
- ¹⁸ **CORREIO do Povo**, 26 de julho de 1908.
- ¹⁹ SIMONIAN, *op. Cit.*, 1980a, p. 13.
- ²⁰ BECKER, *op. Cit.*, 1995, p. 88.
- ²¹ SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. **A questão da criação de reservas florestais junto aos território tribais**. Ijuí: Setembro de 1980b (mimeo.), p. 6.
- ²² MARCON, Telmo et. al. **História e cultura Kaingáng no sul do Brasil**. Passo Fundo: EdUPF, 1994.
- ²³ AUTOS de Legitimação de Posse, de Luiz de Campos Vergueiro. 1871; AUTOS de Legitimação de três Posses, de João de Vergueiro. 1885; RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997; VENCATO, Almedoro. **Sarandi: um recanto histórico do Rio Grande do Sul**. Sarandi: Gráfica Editora *A Região*. 1994.
- ²⁴ MOTA, *op. Cit.*, p. 4.
- ²⁵ In: RELATÓRIO da Comissão Parlamentar de Inquérito. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1968, p. 322.
- ²⁶ PARECER. In: *Idem.*, p. 319.
- ²⁷ **DIÁRIO Oficial do Estado**. Porto Alegre, 10 de março de 1949, p. 420.
- ²⁸ OLIVEIRA, *op. Cit.*, 1960, p. 111.
- ²⁹ SIMONIAN, *op. cit.*, 1980b, p. 3-4.
- ³⁰ Apud SCHEIBE. In: ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 27/04/51, p. 883-884.
- ³¹ *Idem.*, p. 885.
- ³² *Ibidem.*, p. 884.
- ³³ ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 11/05/51, p. 285.
- ³⁴ ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 7/12/51, p. 241-243.
- ³⁵ **DIÁRIO Oficial do Estado**. Lei nº 1.542. Porto Alegre. 22 de setembro de 1951.
- ³⁶ **DIÁRIO Oficial do Estado**. Lei nº 1.713. Porto Alegre. 29 de dezembro de 1951.
- ³⁷ *Idem.*
- ³⁸ SACK, In: HERRERO, Pedro Péres (comp.). **Región e historia em México (1700-1850)**. México: Universidad Autónoma Metropolitana de México. 1991, p. 204.
- ³⁹ GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: história e significação**. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado), 1997, p. 17.
- ⁴⁰ BRAND, Antonio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Porto Alegre: PUCRS (Tese de Doutorado), 1997, p. 02.
- ⁴¹ GARLET, *op. Cit.*, p. 17.
- ⁴² 4º Inspeção de terras. Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura. **Silvícolas**. Recenseamento dos toldos de Votouro, Ventara, Inhacorá e Serrinha. Relatório Anual. 1959. Arquivo Kaingang, Guarani e Xetá.
- ⁴³ Apud BRESOLIN. In: ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 19/05/61, p. 203.
- ⁴⁴ REPRESENTANTES, *op. Cit.*, p. 5.
- ⁴⁵ Apud BRAUN. In: ANAIS, *op. Cit.*, 11/05/51, p. 284.
- ⁴⁶ *Idem.*
- ⁴⁷ CARMAGNANI, Marcelo. **El regreso de los dioses**. El proceso de reconstitución de la identidad étnica em Oaxaca. Siglos XVII y XVIII. México: Fondo de cultura económica. 1988, p. 11.
- ⁴⁸ REPRESENTANTES, *op. Cit.*, p. 5.
- ⁴⁹ SIMONIAN, *op. Cit.*, 1981, p. 41.
- ⁵⁰ SIMONIAN, *op. Cit.*, 1980b, p. 13.
- ⁵¹ KUNZLER. In: ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 04/11/57, p. 14.
- ⁵² TABORDA. In: ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 15/04/63, p. 15-16.
- ⁵³ PARECER. In: RELATÓRIO, *op. Cit.*, p. 324-325.
- ⁵⁴ REPRESENTANTES, *op. Cit.*, p. 14.
- ⁵⁵ OLIVEIRA, João P. (org.). **Indigenismo e territorialização**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998, p. 9.
- ⁵⁶ *Idem.*, p. 16.
- ⁵⁷ LIMA. In: *Ibidem.*, p. 178.

Artigo recebido dia 12/12/2014. Artigo aprovado dia 12/12/2014.